

Revista Contabilidade & Amazônia

ISSN: 2175-1722

SINOP/MT, v. 10, n. 1, art. 1, pp. 16-25, Jan/Dez., 2017

Disponível em: <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.thp/contabilidade>

Crescimento econômico: Teoria da Base Econômica e Institucional dentro do arcabouço da Contabilidade Social

Claiton Pazzini Goulart
Prof. Me. Do Curso de Ciências Contábeis (UNEMAT)
e-mail: claiton@unemat-net.br

Copyright © 2017 Revista Contabilidade & Amazônia. Todos os direitos são reservados. É permitido citar parte dos artigos sem autorização prévia, desde que seja identificada a fonte.

RESUMO

Nesse trabalho foram utilizados dois aportes teóricos (ambos de Douglass North): o primeiro foi a Teoria da Base Econômica ou de Exportação, que separa as atividades econômicas de uma localidade em básica e não básica. E o segundo aporte teórico foi a Teoria Institucional que parte do pressuposto que uma matriz institucional eficiente será capaz de incentivar que um agente ou uma organização invista em uma atividade individual, afim de promover os retornos sociais superiores a seus, respectivos, custos sociais. Ora, a hipótese que trabalhamos foi que o entrelaçamento dessas duas teorias norteou o entendimento sobre a relação entre o crescimento econômico e as questões institucionais relativas ao âmbito das contas sociais.

1 INTRODUÇÃO

Nesse trabalho de tese foram utilizados dois aportes teóricos (ambos de Douglass North): o primeiro foi a Teoria da Base Econômica ou de Exportação, que separa as atividades econômicas de uma localidade em básica e não básica. E o segundo aporte teórico foi a Teoria Institucional que parte do pressuposto que uma matriz institucional eficiente será capaz de incentivar que um agente ou uma organização invista em uma atividade individual, afim de promover os retornos sociais superiores a seus, respectivos, custos sociais. Ora, a hipótese que trabalhamos é que o entrelaçamento dessas duas teorias possa embasar nossa trajetória no estudo empírico em busca da análise de variáveis casuísticas (e resultantes) relacionadas ao crescimento econômico da região centro norte do estado do Mato Grosso na década de 2000.

Ao adentrarmos no espaço teórico de Douglass North logo identificamos que suas ideias encontram-se divididas em duas fases. Na primeira fase North apresenta seu estudo pioneiro de 1955 que trata da localização das atividades produtivas, o qual serviu de suporte para o entendimento sobre o crescimento econômico em espaços menores (nas regiões), a partir do desenvolvimento da Teoria da Base Econômica e sua descrição de um modelo simples de renda regional, que vem sendo usado como estrutura teórica nos estudos empíricos sobre regiões. Já na segunda fase North (1966) se debruça a estudar sobre o papel das instituições na trajetória histórica do desenvolvimento das sociedades, tendo com preocupação em explicar como as instituições agem no desempenho econômico e no arranjo do processo produtivo das sociedades.

Então, o presente subtítulo está dividido em duas partes. Na primeira parte serão abordados os pressupostos teóricos relacionados à base de exportação como catalisadora das economias regionais, além de analisar como o modelo de exportação influencia as atividades internas de uma localidade. E na segunda parte será abordado o pensamento de North relacionado às questões institucionais e suas repercussões sócio-políticas.

2 TEORIA DA BASE ECONÔMICA

A Teoria da Base Econômica (ou Exportação) surgiu da observação de alguns estudiosos (entre eles Douglass North), que identificaram que o processo de desenvolvimento regional europeu se caracterizava por possuir regiões que se desenvolviam sem passar pelas

fases preconizadas pela teoria da localização tradicional, ou seja, sistema agrícola de subsistência até a uma economia de serviços, transitando pela fase de substituição de exportações. Corrobora North que “no século XIX algumas regiões canadenses e americanas tiveram o seu impulso para o crescimento a partir de exportações lucrativas de seus recursos naturais, sem nunca terem passado pelo estágio de economia de subsistência” (1977b, p.25).

Como mencionado na introdução desse capítulo, a estrutura da economia regional segundo North é composta de duas categorias: (1) atividade básica ou de base exportadora (voltada à demanda externa e inter-regional) e (2) atividades “não básicas” ou residências. As não básicas são impulsionadas pelas atividades básicas, ou seja, por demandas endógenas. Enquanto as atividades básicas são dependentes de uma demanda exógena. Isso determina que sua estrutura de ocupação, no que concerne a mão-de-obra e a capacidade produtiva ou de gerar serviços, estará dependente do processo dinâmico das atividades básicas. E nessa esteira, North (1995, 1977b) esclarece que a demanda endógena será induzida pela capacidade das atividades básicas em gerar empregos e rendas. Em decorrência desse fato, a divisão do trabalho se consolida e se espalha nas atividades básicas e, por sua vez, a região cada vez mais dinamiza as atividades não-básicas em um efeito cumulativo.

Na visão de Souza (2002) as atividades não-básicas (ou locais-residenciais) se apresentam como “indústria tradicional, como comércio e como serviços urbanos”. Segundo a autora seriam atividades necessárias tanto para a população local como às atividades exportadoras. Ficando a cargo de a estrutura produtiva atender a demanda local e produzir excedentes exportáveis, ou seja, comercializá-los no mercado externo, que oportunizaria a entrada considerável de capital na região exportadora através da balança comercial. Em decorrência desse processo surgiria ao longo o tempo, as condições para que as regiões exportadoras se consolidassem, tornando-se capazes de diversificar sua matriz de transformação, adentrando, assim, ao grupo das regiões exportadoras de serviços. No caso de atividades agropecuárias, o crescimento regional impõe que as regiões se especializem em atividades urbanas. Acrescenta a autora que caso o comércio inter-regional esteja em baixa, espera-se que a demanda interna seja suficiente para absorver a parcela exportadora, propiciando assim a dinâmica da economia local.

Pode se deduzir que as exportações representam um papel fundamental na determinação do nível de renda absoluta e per capita de uma localidade, o que significa para North (1977a) o próprio motor que dá início ao crescimento local, ao determinar o seu alcance através do efeito multiplicador que o processo exportador produziria sobre as atividades não bases.

E segundo Sirkin (1959) a teoria da base de exportação está inserida no arcabouço da Contabilidade Social, uma vez que aborda os índices macroeconômico, a partir da premissa que o desenvolvimento regional se consolida nas esferas da políticas econômica local.

Por outro lado, a simples existência de demanda exógena de certo bem ou serviço não seria suficiente para explicar o desenvolvimento de uma região. Então North (1977a) justifica que as exportações são fatores necessários, mas insuficientes para causar o desenvolvimento regional, sendo imprescindível incluir outras variáveis correlatas às atividades básicas e não-básicas, uma vez que não há automatismo entre exportações e desenvolvimento local. Portanto seria necessário o atendimento de outros requisitos para que uma região possa obter um crescimento econômico.

Segundo Piffer (2009), o crescimento regional no enfoque de North tem nas atividades de base ou exportação o seu “motor” propulsor. E o início do processo de crescimento regional se consolida “na exportação de algum recurso natural ou de alguma atividade primária”. E nesse aspecto, é fundamental que essa região esteja interligada ao setor externo, baseando-se

em duas condições necessárias: “(1) a manutenção do dinamismo do produto e (2) a difusão do mesmo dinamismo para outros setores ou atividades econômicas”.

Contudo, segundo North (1955), a determinação de quais serão os produtos a serem exportados irá depender da especificidade do local e da vocação na produção de um recuso natural. Mas conclui o mesmo autor, que é certo que a exportação aumenta a renda absoluta e *per capita da* localidade, e assim, contribui efetivamente para o bem-estar da população. Porém, conseqüentemente, provoca um efeito indireto, o emprego dos setores da atividade local ficará dependente do emprego nas atividades de exportação.

Os impactos da exportação da base econômica sobre o crescimento regional pode ser identificado, segundo Haddad(1999), a partir de quatro variáveis relacionados a renda: (1) empregos, (2) produção, (3) renda e (4) impostos e taxas. E estes efeitos foram provocados pelo setor exportador, com as repercussões diretas (ou indiretamente) e induzidas sobre outras atividades da economia local.

No entanto cabe enfatizar que há dois efeitos essenciais para caracterizar a magnitude da externalidade impulsionada pelas exportações, quais sejam: “(1) a propensão marginal a consumir na área e (2) propensão marginal de importar”. A primeira determina a parte da renda que será gasta no local e que será revertida para novo ciclo de renda. E a segunda está relacionada ao percentual da renda que é abstraída do ciclo produtivo da área na forma de importações (LANE, 1977).

A capacidade de consumo que se refere Lane (1977) é especificada pelo autor Haddad (1999), quando este afirma que são imprescindíveis o tamanho da população e a concentração e distribuição de renda pessoal e familiar para que haja o beneficiamento da região em relação aos efeitos multiplicadores da exportação. E se juntam a esses fatores, acima mencionados, outras duas importantes características locais, como a capacidade empreendedora e a educação da população Nesta esteira, North (1959) esclarece que o resultado da conjugação desses fatores locais seria uma melhora relativa no enquadramento comparativo da região, no que concerne a atividade econômica, e por conseqüência, na ampliação da base econômica resultante.

Porém alerta North (1955) que a região que possui um único produto de exportação, na maioria das vezes não consolida uma expansão sustentável, uma vez que as variações conjunturais da economia nacional e internacional poderão afetar as exportações da região e está poderá experimentar os efeitos adversos no mercado interno.

O que se observa é que na região centro norte do Mato Grosso há o cultivo de dois produtos agrícolas: soja e o milho, o que na visão de North poderia ser um gargalo para consolidação de um crescimento econômico sustentável, porém enfrentaremos essa questão no quinto e sexto capítulos desta tese, quando abordaremos sobre o Agronegócio e as implicações socioeconômicas e ambientais.

Mas voltando as teorias de North. A partir do contexto econômico de enquadramento das atividades locais e suas implicações no âmbito social e político, qual seria o papel das instituições na consolidação e sustentabilidade do crescimento econômico da localidade? Essa questão será enfrentada subitem que segue abaixo, a qual se abordará a Teoria Institucional de North.

3 TEORIA INSTITUCIONAL

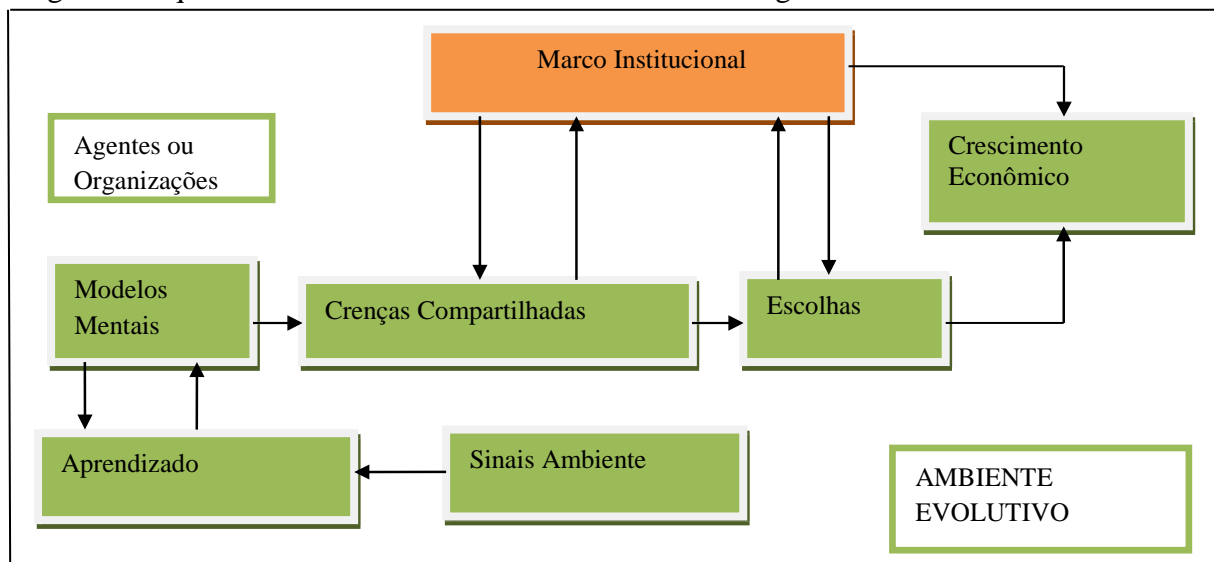
A teoria Institucional atualmente é constituída por diversas vertentes teóricas, com reconhecido avanço no intuito de explicar a relevância do estudo institucionalista. Entretanto,

apesar do atual estágio de progressos nos enfrentamentos teóricos sobre o tema, ainda persiste uma área de pesquisa que causa uma enorme discussão: o papel das instituições no crescimento econômico. Nesse sentido, a teoria institucionalista cresce de importância, quando se debruça em pesquisar sobre o funcionamento da economia ou para identificar as mudanças institucionais que afetam as organizações produtivas e a sociedade como um todo nos diferentes países.

No presente estudo parte-se da premissa que os arranjos institucionais foram decisivos para o crescimento econômico da região centro norte do estado de Mato Grosso. Mas como foi a prática desses arranjos institucionais nessa região? Por óbvio, que a resposta desta questão passa por uma investigação empírica, porém embasada em um manancial teórico consolidado, que apresente os possíveis caminhos que conduziram a região objeto do estudo ao crescimento econômico. E sob esse aspecto a Teoria Institucional de Douglas North possui atributos suficientes para assumir a missão de embasar teoricamente a presente pesquisa sob âmbito institucionalista. Essa última afirmação é corroborada pela a figura abaixo, a qual apresenta a concepção de Douglas North, a partir de um esquema que exprime o desempenho e as escolhas dos agentes em interação com o marco institucional vigente e este em consonância com as crenças compartilhadas dos indivíduos; que nascem dos modelos mentais e evoluem pela aprendizagem. Esses itens estão imbricados com o processo de tomada de decisão, que perpassa a teoria da tradicional escolha racional.

Além disso, observa-se nesse esquema os agentes sendo representados pelas firmas que, com suas tecnologias produtivas, acabam interagindo com as instituições, o que implica no desempenho da relação direta com os custos de produção e transação (LOPES, 2013).

Figura 1 Esquema Institucionalista de Crescimento de Douglas North.



Fonte: Lopes (2013)

Nesse sentido, refere-se a um esquema que se propõe em fundamentar as ideias de Douglass North a partir da compreensão do desempenho econômico das regiões e sua ampla dependência da evolução histórica das sociedades (ambiente evolutivo).

4 TRAJETÓRIA DA TEORIA INSTITUCIONALISTA

Os autores considerados percussores no estudo da corrente teórica institucionalista, que atualmente é denominada de “o antigo institucionalismo são: Thorstein Veblen, Jonh R. Commons e Wesley C. Mitchell. Acrescente-se, que Veblen é considerado o autor de maior expressão atualmente (HODGSON, 2007a). Segundo o mesmo autor, o antigo institucionalismo foi esquecido durante as duas guerras mundiais do século XX. Porém, o seu declínio teórico foi responsável pelo surgimento, a partir da década de 1960, de novos pesquisadores que introduziram o estudo das instituições na teoria econômica. Dentre esses se destacam Douglass North, Ronald Coase e Oliver Williamson. E esses principais estudiosos são chamados de novos institucionalistas, com intenção clara de diferenciar dos antigos teóricos do tema, acima mencionados.

Mas então qual a diferença básica dos antigos com os novos institucionalistas? Para responder essa pergunta é preciso salientar que o antigo institucionalismo desenvolveu-se baseado em uma forte crítica ao neoclassicismo, principalmente em relação as suas ideias reducionistas e estáticas, com ênfase no equilíbrio ao invés das mudanças econômicas. Por outro lado, os novos institucionalistas continuaram a criticar a teoria neoclassicistas, porém não se afastaram do núcleo norteador dessa teoria, ocupando-se com aspectos específicos, que não afrontavam o cerne da tradição ortodoxa, sem deixar, no entanto, de reconhecer suas limitações e preconizando a incorporação de elementos mais adequados e consistentes para a explicação dos gargalos econômicos.

Então, superada a parte introdutória sobre a teoria institucional é mister compreender as ideias de North relacionadas às instituições e suas implicações com o crescimento econômico.

4.1 IDEIAS DE NORTH SOBRE AS INSTITUIÇÕES

Primeiramente é importante apresentar o que Douglas North define como instituições. Ou seja, se refere aqui “as instituições criadas para estruturar as interações políticas, econômicas e sociais ao longo do tempo” (1990, p.3).

Para ele as instituições representam uma estrutura de incentivos e, portanto, são imposições formais (constituições, leis, regras, etc.) e informais (convenções, códigos de conduta, normas de comportamento, etc.) da economia. E essas imposições são criadas por seres humanos, com objetivo de limitar as suas próprias ações, o que denota uma importância inegável as regras. Por esse olhar, essas estruturas perpassam a característica de incentivadora e adotam, também, a característica restritiva. E ambas são responsáveis por moldar as escolhas individuais, com objetivo de mitigar as incertezas relacionadas ao futuro e assegurar um ambiente estável aos investimentos e a lucratividade do capital (NORTH, 1998, 1991).

North desenvolve sua teoria das instituições partindo do pressuposto que estas influenciam o desempenho econômico. Mas essa abordagem considera aspectos que estão além da análise dos mercados (como defendida pelos ortodoxos); ela possui outros elementos complexos quando interpela as instituições por diversos aspectos estruturais, como o direito de propriedade que estimula investimentos produtivos, reduz as incertezas no futuro e garante os rendimentos aos inovadores, e por consequência, impõe um estímulo para o aumento de estoque de capital físico e humano, o avanço do conhecimento e produtividade, o que desembocará no crescimento econômico (NORTH, 1994).

Por outro lado, ele esclarece que não deve descartar a análise histórica, pois sem essa análise há um retorno ao equívoco da teoria tradicional que não consegue prescrever políticas porque não inclui a evolução das sociedades no seu parâmetro teórico, ou seja, não incorpora a

evolução institucional e o seu papel na imposição dos incentivos aos investimentos produtivos. E a sua constatação faz todo o sentido, uma vez que as instituições políticas e econômicas são as formadoras da estrutura de incentivos da sociedade. E assim, conclui que o desempenho econômico é um resultante da ação das instituições em buscar de estimular a inovação e a eficiência dos processos produtivos (NORTH, 1994).

Nesta esteira, destaca-se a importância do Estado nas ideias de North, ao ressaltar que o *enforcement* da base legal é responsável diretamente pela manutenção e formação de regras formais e, também, ao condicionar a estrutura da propriedade sobre a produção com o desempenho da economia. Assim, para North, a definição de Estado está inexoravelmente ligada ao direito de propriedade e a regras de produção (NORTH, 1981).

Para ele o modelo de Estado passa pela interação do governante e seus eleitores. O primeiro almeja maximizar suas receitas, a partir do regramento definido sobre a propriedade e a produção dos eleitores. Estes últimos cedem uma parte de seus direitos ao Estado, com a expectativa que aja uma troca pelos serviços de proteção e justiça.

No caso específico da região centro norte do estado do Mato Grosso identificou-se um arranjo institucional constituído pelo Estado e por lideranças políticas e econômicas locais. A questão da propriedade da terra foi o primeiro gargalo enfrentado por esse arranjo institucional. Havia (e há até hoje) a necessidade da regularização das terras dos grandes produtores do agronegócio da região. E essa regularização de terras está inserida no mesmo espaço aonde pequenos produtores (alguns aliados do agronegócio) procuram participar de assentamentos rurais promovidos pelo Programa de Reforma Agrária, afim ter acesso à terra.

Contudo, voltando as ideias de North, é fundamental destacar a evolução do pensamento do autor quanto ao modelo institucional na esfera política e econômica. No início da década de 1980 o autor defendia a relação entre o governante e os eleitores para explicar a inter-relação de interesses que havia no espaço econômico e suas repercussões políticas. Porém, na década de 1990 observa-se uma evolução no pensamento de North sobre essa abordagem. Ele inclui nesse modelo outros grupos de interesse, com o claro objetivo de superar a dicotomia governante-eleitor. E seguindo por esse novo pensamento, North passa por incluir, também, a questão da evolução do sistema político ideal e sua circunvizinhança com um formato democrático de governo (NORTH, 1990).

Então, ele esclarece sobre o sistema político ideal. Um sistema político ideal estaria preparado a produzir uma estrutura de propriedade que potencializasse ao máximo o produto econômico de uma sociedade, ou seja, uma estrutura eficiente de propriedade – oportunizando a consolidação de um sistema político eficiente. E aí o autor preocupa-se em diferenciar a democracia desse sistema político eficiente, uma vez que a democracia seria um enorme avanço nessa direção, mas não seria necessariamente a essência desse sistema por ele preconizado, chamando atenção para os perigos de transpor a lógica econômica para o mercado político. A democracia não corresponde, na política, o mesmo que os mercados competitivos correspondem na economia (NORTH, 1990).

Assim, surge a necessidade de apresentar o conceito-chave para compreensão de prosperidade na concepção de North. Para ele uma instituição eficiente seria capaz de “igualar o retorno privado ao retorno social das atividades econômicas dos agentes de uma dada sociedade”. Acrescenta que uma instituição eficiente está preparada para estimular um agente ou uma organização a investir numa atividade individual que proporcione retornos sociais superiores aos seus, respectivos, custos sociais. E o sucesso para esse arranjo passa por estabelecer um sistema de propriedade com regras bem definidas e alinhadas a uma aplicação de ações eficazes (NORTH, 1990, p.51). Em outras palavras, o autor reconhece a possibilidade do surgimento de arranjos institucionais ineficientes, uma vez que essa eficiência depende

categoricamente da dinâmica política e da cultura de uma sociedade. (NORTH, 1990, p.140).

O modelo teórico para explicar o desenvolvimento econômico de North contempla seis elementos: (1) Incerteza, (2) custos de transação e as (3) instituições, (4) Organizações, (5) Dinâmica da Matriz Institucional e (6) Desempenho econômico. No primeiro os agentes estão privados de promover transações econômicas entre si pela imperfeição de informações que estão presentes na configuração da escolha sinérgica desses agentes. O segundo é custo de transação, que é dividido em dois pelo autor: custos de *measurement* e de *enforcement*. O custo de *measurement* está relacionado à dificuldade dos agentes em obter conhecimento sobre o objeto da transação em curso (NORTH, 1990, p.29.). Nesse caso a impossibilidade está alinhada à qualidade do produto de forma *ex ante* pelo agente comprador em uma determinada transação. Por sua vez, no custo *enforcement* fica explicitada a incerteza que os agentes possuem em relação à propriedade do bem a ser trocado e, conseqüentemente, relaciona-se à legitimidade da transação a ser efetuada. No terceiro North busca mostrar que diante da dificuldade encontrada pelos agentes econômicos devido a existência da incerteza e dos custos de transação surgem as instituições, pois a partir do surgimento destas é que é possível compreender a organização das sociedades, tendo como ação concreta a interação de seus indivíduos em torno de regras sociais (NORTH, 1990). O quarto elemento é a organização que é responsável pela geração da dinâmica do modelo. E em decorrência da motivação promovida pela matriz institucional surgirão várias organizações que serão guiadas por diversos objetivos e serão regidas pelas instituições. North esclarece que as organizações representam os principais agentes de uma sociedade, tais como, organizações políticas (partidos políticos), sociais (Igrejas), econômicas (empresas) e educacionais (escolas). O quinto elemento é a Dinâmica da Matriz Institucional. Nesse elemento o autor introduz dois conceitos importantes para elucidar melhor a premissa que uma organização ao operacionalizar, afeta diversas variáveis políticas e econômicas, como na alteração de contratos, normas, etc.

O primeiro conceito refere-se a noção de equilíbrio institucional – uma sociedade está em equilíbrio quando, em condições normais, nenhum de seus agentes (organizações) tiver estímulo para proceder alterações nas regras formais e informais (instituições) a partir do qual essa sociedade opera. (NORTH, 1990, p. 86). No segundo conceito, North relaciona a dinâmica institucional ao *path dependence*, ou seja, com o decorrer do tempo as instituições ineficientes não sucumbem. Assim, as decisões tomadas no passado influenciam fortemente as possibilidades do presente. O sexto e o último elemento é o Desempenho Econômico que representa a resultante da otimização lógica e transversal dos demais elementos condicionantes (acima expostos), os quais estão descritos na Teoria Geral de North.

Apenas com intuito ilustrativo apresenta-se uma síntese da Teoria Geral de North, com auxílio valoroso de Medeiros (2001, p.78-80), no quadro que segue abaixo:

Quadro 1: Síntese da Teoria Geral de Douglass North	
Itens	Sentenças da Teoria Geral de North
1	O ambiente socioeconômico dos agentes é sedimentado por incerteza;
2	Os custos de transação representam a principal consequência dessa incerteza. E estes custos podem ser divididos em problemas de <i>measurement</i> e <i>enforcement</i> ;

3	As instituições são criadas para a redução dos custos de transação e para coordenar as atividades humanas, a partir de dois aspectos: formais e informais;
4	A matriz institucional das sociedades abriga o conjunto dessas regras. Sendo que a dinâmica dessa matriz será sempre <i>path dependent</i> ;
5	Os estímulos para o surgimento das organizações têm origem na matriz institucional;
6	E por fim a interação dos recursos econômicos, das tecnologias empregadas com a própria matriz institucional (que define os custos de transação) é responsável pela evolução institucional e pelo desempenho econômico das sociedades no decorrer do tempo

Fonte: Medeiros (2001)

Aqui cabe destacar a persistente busca de North em entrelaçar a compreensão do progresso econômico com a compreensão da evolução das instituições. Para ele estudar o desenvolvimento econômico representa estudar o desenvolvimento das instituições. E isso fica explícito na sua obra “a dinâmica institucional das sociedades”, considerada a mais importante do autor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As teses de Douglas North aqui abordadas: Teoria da Base Econômica e a Teoria Institucional cumprem um papel teórico inter-dimensionado na essência do funcionamento da estrutura social, econômica e política da região centro norte do estado de Mato Grosso, mas especificamente nos municípios de Lucas do Rio Verde e Sinop.

Nesse aspecto, estas teses de North, que tratam sobre desenvolvimento econômico, possuem como abordagem principal um estudo sobre a eficiência das sociedades, as quais estão formalmente e informalmente aparadas por regras institucionalizadas pelos seus próprios agentes sociais

No caso específico da teoria da Base Econômica, o autor defende que “o sucesso da base de exportações foi fator determinante da taxa de crescimentos das regiões”, mas que esta não é a única variável responsável por esse crescimento. Assim, seria necessário incluir outras variáveis imprescindíveis para o crescimento, como: (1) o nível de renda absoluto de uma região, e por consequência, (2) a quantidade das atividades locais, secundárias e terciárias, que ao longo do tempo vão sendo desenvolvidas. Cabe ressaltar, que o nível de renda absoluto é um dos pilares da Contabilidade Social, quando esta se debruça a estudar agregados macroeconômicos nacionais. E se é verdade que North não cita esse segmento contábil nas suas teorias, também é verdadeiro afirmar que a Contabilidade Social está intrinsecamente inserida nas abordagens principais dos seus estudos sobre a base econômica

exportadora.

No que concerne a teoria Institucional, ele desenvolve uma análise das especificações das instituições locais, quando aborda os fatores que podem dificultar a eficiência do processo produtivo. E essa eficiência é fruto das relações entre os agentes desta sociedade e suas regras (impostas por eles mesmos), as quais são norteadoras de suas posições políticas e econômicas e, conseqüentemente, tornam-se um artefato influente no sistema de variáveis condicionantes do desempenho regional.

Assim, num esforço de sintetizar as ideias de North sobre o crescimento econômico no âmbito regional, cabe ressaltar que o pensamento do autor foi evoluindo no decorrer do tempo, ao ponto de reconhecer (a partir da verificação que as exportações cada vez menos explicavam o crescimento regional), que seria necessário avançar para um novo conceito: a base econômica - ao inserir outras variáveis explicativas que estivessem habitando um espaço sob a égide de marcos reguladores, sendo estes institucionalizados por agentes responsáveis pelos arranjos políticos e socioeconômicos locais, que, invariavelmente, influenciam decisivamente os processos produtivos.

BIBLIOGRAFIA:

HODGSON, G.M.. “The revival of veblenian institutional economics”. *Journal of Economic Issues*, Armonk (USA), v. XLI, n. 2, p. 325-340, 2007a

LANE, T. O multiplicador da base urbana: avaliação de sua situação atual. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). *Economia regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

LOPES, Herton Castiglioni. Instituições e crescimento econômico: os modelos teóricos de Thorstein Veblen e Douglass North. *Revista de Economia Política*, vol. 33, nº 4 (133), pp. 619-637, outubro-dezembro/2013.

MEDEIROS, C.A. “Rivalidade estatal, instituições e desenvolvimento econômico”, em *Polarização mundial e crescimento*, José Luís Fiori e Carlos Medeiros (orgs.), Editora Vozes, Petrópolis, 2001.

NORTH, D. A agricultura no crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). *Economia regional: textos selecionados*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977a.

_____. Location theory and regional economic growth. *Journal of Political Economy*, v. 63, n. 3, p. 243-58, Jun. 1955.

_____. Teoria de localização e crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). *Economia regional: textos selecionados*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977b.

PIFFER, Moacir. A teoria da base econômica e o desenvolvimento regional do estado do Paraná no final do século xx. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), 2009.

SIRKIN, G. The theory of the regional economic base. *The Review of Economics and Statistics*, v. 41, n. 4, p. 426-429, 1959.

SOUZA, N. J. *Desenvolvimento Econômico*. 4.^a ed., Atlas, São Paulo, 1999.

_____. Exportações e crescimento econômico do RS 1951-2001. *Ensaio FEE*. Porto Alegre, v. 23, n. esp., 2002